



PLANO DE
LOGÍSTICA
SUSTENTÁVEL
TJPA

2ª EDIÇÃO

EXPEDIENTE

CONTEÚDO

NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL
COMISSÃO GESTORA DO PLS
GRUPOS DE TRABALHO

COORDENAÇÃO E ASSESSORAMENTO

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ESTATÍSTICA
NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL

REVISÃO TEXTUAL

TEREZINHA LOBATO – ANALISTA JUDICIÁRIO

PROJETO GRÁFICO

MAÍSA AVIZ - ESTAGIÁRIA NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL

CRÉDITO FOTOGRÁFICO

AGÊNCIA BELÉM/TÁSSIA BARROS
PIXABAY



PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

DIREÇÃO (BIÊNIO 2023 - 2025)



**DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA
GOUVEIA DOS SANTOS**
PRESIDENTE



**DES. ROBERTO GONÇALVES
DE MOURA**
VICE-PRESIDENTE



**DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO
MAIA BEZERRA JÚNIOR**
CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA

COMISSÃO GESTORA DO PLS

PORTARIA Nº 1556/2023-GP, DE 18 DE ABRIL DE 2023

ÂNGELA ALICE ALVES TUMA

JUÍZA TÍTULAR DA 3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM E COORDENADORIA

EVELISE DE OLIVEIRA RODRIGUES

COORDENADORA DO NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL

TEREZINHA DE JESUS MONTEIRO LOBATO

ANALISTA JUDICIÁRIO DO NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL

LUCIANA DA COSTA SOUZA

ANALISTA JUDICIÁRIO - REPRESENTANTE DO COMITÊ DELIBERATIVO DE PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

FÁBIO DJAN OLIVEIRA DE LIMA

ANALISTA JUDICIÁRIO, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ESTATÍSTICA

COMISSÃO GESTORA DO PLS

PORTARIA Nº 1556/2023-GP, DE 18 DE ABRIL DE 2023

GERSON MEDEIRO DA SILVA

ANALISTA JUDICIÁRIO, COORDENADOR DO SETOR DE ESTATÍSTICA

RENNAN RODRIGUES SANTOS

ASSESSOR DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

KELLY REGINA LIMA DE LIMA

ANALISTA JUDICIÁRIO - COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

WILL MONTENEGRO TEIXEIRA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

ÍNDICE

Apresentação	08
Parte I - Objetivos	10
Responsabilidade, metodologia de elaboração e avaliação do plano	12
O PLS e o Planejamento Estratégico	15
A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU	17
Indicadores e metas	18
1. Papel	19
2. Copos descartáveis	21
3. Água envasada em embalagens plásticas	23
4. Impressão	25
5. Energia elétrica	27
6. Água e esgoto	29

7. Resíduos	31
8. Reforma e construção	34
9. Limpeza	36
10. Vigilância	38
11. Telefonia	40
12. Veículos	43
13. Combustível	46
14. Apoio ao serviço administrativo	48
15. Aquisições e contratações	50
16. Qualidade de vida	52
17. Capacitação em sustentabilidade	55
18. Equidade e diversidade	58
Considerações finais	60

*O que não é medido não é gerenciado.
Esta é a premissa do Plano de
Logística Sustentável do TJPA.*

Ao ser instituído por meio da Resolução Nº 201 de 03/03/2015, o Plano de Logística Sustentável foi recebido pelos Tribunais em meio a várias dúvidas sobre o caminho para que práticas voltadas à sustentabilidade fossem inseridas no planejamento da instituição, contudo, essas respostas revelando a necessidade da implantação de medidas voltadas a uma racionalização eficiente e responsável dos recursos naturais, foram surgindo à medida que a nossa qualidade de vida passou a sofrer impactos negativos *pari passu* com os ecossistemas.

Em 2019, o Presidente Dias Toffoli assinou o Pacto pela Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 no Poder Judiciário, assumindo o compromisso de “*não deixar ninguém para trás*”, tema da ONU, juntamente com todos os setores da sociedade, com suporte nas multidimensões da sustentabilidade, a social, a econômica, a cultural e a ambiental. Dessa forma, os ODS (17 objetivos) foram inseridos no planejamento estratégico do TJPA, abrangendo as necessidades e aspirações globais mais prementes, tais como a pobreza, saúde, educação, mudanças climáticas e degradação ambiental, e que, portanto, devem nortear as atividades desta instituição para avançar nos desafios do desenvolvimento sustentável.

O novo texto da Resolução nº 400 do Conselho Nacional de Justiça, de 16 de junho de 2021, dispondo sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, foi produzido sob os ditames de nossa Carta Magna, da legislação infraconstitucional brasileira e dos indicadores para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, justamente para demonstrar que a integração de mecanismos de planejamentos, sob o ponto de vista da sustentabilidade, é a solução emergencial para as questões públicas econômicas e sociais complexas atreladas à atuação judicial.

Responsável pela condução desse processo, a Comissão Gestora apresenta o Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Pará, PLS-TJPA, ao mesmo tempo em que convida todo o quadro de pessoal e quadro auxiliar a contribuírem para a sua efetiva implantação, tornando as práticas de sustentabilidade e racionalização de recursos uma realidade em suas atividades profissionais, nas áreas fim e meio, na vida pessoal e em sociedade, colaborando para o efetivo desenvolvimento sustentável desta nação.

Dra. Ângela Alice Alves Tuma
Coordenadora Comissão Gestora PLS

OBJETIVOS

GERAL

Aperfeiçoar a gestão organizacional com base nas dimensões ambiental, econômica, social e cultural, em busca de um desenvolvimento sustentável.

ESPECÍFICOS

1. Fomentar ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a fim de promover o consumo consciente, reduzindo o desperdício, com destaque à gestão sustentável de documentos e materiais;
2. Revisar e aprimorar os processos de compras e contratações, com vistas ao desenvolvimento de especificações para a aquisição de bens, serviços e projetos, de forma a reduzir impactos à saúde humana e ao meio ambiente;
3. Ampliar as melhorias na infraestrutura e nas instalações do TJPA, com o objetivo de aumentar o aproveitamento dos recursos naturais e bens públicos;
4. Promover ações de sensibilização e capacitação ao quadro de pessoal e auxiliar de outros interessados;

5. Reduzir o impacto negativo das atividades do órgão com a adequada gestão dos resíduos gerados;
6. Promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho de forma contínua;
7. Promover comunicação institucional sobre as medidas socioambientais adotadas;
8. Estimular a promoção de contratações sustentáveis;
9. Promover a equidade, a diversidade e a inclusão social;
10. Estimular o controle de emissão de dióxido de carbono no âmbito do TJPA.
11. Ampliar as parcerias com instituições responsáveis pela adequada gestão da coleta e tratamento de resíduos sólidos, com estímulo à sua redução, à reutilização e à reciclagem de materiais, além da inclusão socioeconômica dos catadores de resíduos.

RESPONSABILIDADE, METODOLOGIA E DE AVALIAÇÃO DO PLANO

O PLS do TJPA é resultado do trabalho conjunto do Núcleo Socioambiental, da Comissão Gestora do PLS e do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística (DPGE), que buscaram em análises e experiências do Órgão, proposições e definição de metas entre as unidades gestoras dos indicadores para difundir o desenvolvimento sustentável transversalmente nas atividades da instituição.

O novo Plano de Logística Sustentável do TJPA 2021-2026, além de aprimorar as ações sustentáveis já implantadas, demonstrará a integração e a harmonia dessas ações institucionais com o Planejamento Estratégico Nacional, os Planos de Gestão do Órgão e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentabilidade (ODS) laborados pela Organização das Nações Unidas (ONU), da Agenda 2030.

Para que esse plano de ações fosse elaborado, a Comissão Gestora do PLS-TJPA e o Núcleo Socioambiental, em conjunto com o Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística, realizaram 18 oficinas com os representantes das temáticas para compartilhar saberes interdisciplinares e discutirem coletivamente propostas de ações, metas e etapas concretas e factíveis, em especial acerca dos novos indicadores previstos na Resolução CNJ nº400/2021.

Foi adotada a metodologia baseada no Balance Score Card (BSC), utilizada para descrição de objetivos estratégicos com indicadores de desempenho, metas e planos de ação, permitindo traduzir a estratégia em ações operacionais e controlá-las, direcionando os esforços para a sua realização, nas fases de planejamento, execução, verificação e revisão, atuando corretiva e tempestivamente para a melhoria do desempenho.

O Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística disponibilizou no sítio eletrônico do Núcleo Socioambiental o formulário das variáveis, cujo envio pelo setor competente deverá ser realizado até o dia 21 do mês subsequente para subsidiar o preenchimento das informações no Sistema de Acompanhamento do CNJ, PLS-Jud que ocorre nos seguintes prazos: dados mensais até o dia 30 do mês subsequente ao mês-base e os dados anuais até o dia 31/01 do ano subsequente ao ano-base. Os dados enviados eletronicamente comporão o relatório de desempenho do PLS-TJPA, enviado anualmente ao CNJ até 28/02 do ano subsequente, conforme Res. CNJ nº400/2021, e devidamente publicado no site do Núcleo Socioambiental, em consonância com a Transparência do Tribunal.

A avaliação do PLS será realizada com base nos relatórios anuais produzidos pelos responsáveis de cada plano de ação que deverão coletar as informações relativas aos resultados alcançados, a evolução do desempenho dos indicadores e a identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente. O relatório anual deverá ser submetido à Comissão Gestora do PLS-PJPA.

A fim de garantir a transparência da gestão pública e aprimorar o acompanhamento dos resultados do plano, o Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística implementou no segundo semestre de 2022 um Painel de Monitoramento dos Indicadores do Plano de Logística Sustentável (PLS) do TJPA, com o objetivo de reunir dados disponibilizados pelas unidades administrativas do TJPA, em periodicidade mensal e anual. No monitoramento, é possível acompanhar o histórico de consumo em quantidades e gastos nos diversos indicadores que compõem o plano, como, por exemplo, Papel, Copos Descartáveis, Água Envasada, Impressão, Telefonia, Energia Elétrica, Água e Esgoto, Resíduos, Combustível, Qualidade de Vida, Capacitação em Sustentabilidade, Apoio ao Serviço Administrativo, Reforma e Construção, Vigilância, Limpeza, Veículos e Aquisições e Contratações.

Cabe ainda ressaltar que as metas buscam atingir uma efetiva melhoria no resultado no Índice de Desempenho de Sustentabilidade – IDS instituído pelo CNJ, o qual procura avaliar o desempenho das ações e indicadores que compõem o PLS, priorizando o consumo consciente e um gasto racional e responsável.

O PLS 2021-2026 E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Conforme o art. 5º da Resolução CNJ nº 400, de 16 de junho de 2021, "o PLS é instrumento que se alinha à Estratégia Nacional do Judiciário, e aos Planos Estratégicos dos órgãos, com objetivos e responsabilidades definidas, indicadores, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão".

Configurando uma linha de tempo, observa-se que a Resolução do CNJ nº 325-2020, estipulou que os órgãos do Poder Judiciário deverão alinhar seus respectivos planos estratégicos à Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, que trouxe como macrodesafio a Promoção da Sustentabilidade. Sedimentando essa construção, a Resolução nº 347-2020, CNJ, em seu art. 5º, considerou o Plano de Logística Sustentável como um instrumento de governança em contratações públicas do Poder Judiciário, demonstrando que não existe governança sem sustentabilidade.

O PLS-TJPA é instrumento vinculado ao Planejamento Estratégico do Tribunal, alinhado ao macrodesafio “Promoção da Sustentabilidade” por meio da instituição e monitoramento dos indicadores e metas do PLS, refletindo diretamente na melhoria do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS). Para consolidar uma gestão sustentável, foi instituída pela Resolução nº 25, de 15 de dezembro de 2021, a Política de Sustentabilidade do TJPA que compreendeu o PLS entre seus instrumentos, inclusive para orientar as aquisições e contratações realizadas pelo TJPA, que devem obedecer a critérios de sustentabilidade.

Dessa forma, o PLS-TJPA ao representar uma importante ferramenta para o Planejamento Estratégico traçado, possui como premissas: orientar as unidades na eficiência dos recursos disponíveis, promover conhecimento ao quadro funcional e colaboradores na adoção de práticas ambientalmente corretas e estabelecer linhas pedagógicas o alcance da sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural.

A AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU

A Agenda 2030 é um plano de ação e foi recepcionada por centenas de países para orientar políticas públicas em nível global, regional, nacional e subnacional. A agenda concebe 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos. São objetivos e metas que servirão como guias para que todos os países participantes se comprometam conforme suas prioridades e necessidades, representando também desafios a países mais vulneráveis, que se acham em condições de extrema pobreza e precária implementação dos direitos fundamentais.

Os 17 objetivos procuram integrar-se às três principais dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. Consciente da importância que o alinhamento aos compromissos e desafios da Agenda 2030 representam às metas do PLS, o Poder Judiciário do Pará compromete-se a colaborar na construção de uma existência digna, equitativa e solidária da sociedade civil, com foco na sustentabilidade.

INDICADORES E METAS

Em seu art. 6º, a Resolução CNJ nº 400/2021, estabeleceu os indicadores de desempenho mínimos para avaliação do desenvolvimento ambiental, social e econômico do PLS. Os indicadores e metas deste PLS foram organizados por eixo temático, a fim de facilitar a visualização e a compreensão das informações dispostas:

- I. Papel;
- II. Copos descartáveis;
- III. Água envasada em embalagens plásticas;
- IV. Impressão;
- V. Energia elétrica;
- VI. Água e esgoto;
- VII. Resíduos;
- VIII. Reforma e Construção;
- IX. Limpeza;
- X. Vigilância;
- XI. Telefonia;
- XII. Veículos;
- XIII. Combustível;
- XIV. Apoio ao Serviço Administrativo;
- XV. Aquisições e Contratações;
- XVI. Qualidade de Vida;
- XVII. Capacitação em Sustentabilidade;
- XVIII. Equidade e Diversidade.

1. Papel

ODS 11, 12, 13 e 14

Objetivo: Racionalizar o consumo do papel no TJPA.

Papel

PERIODICIDADE: Mensal

UNIDADE GESTORA: Departamento de Patrimônio e Serviços / Divisão de Suprimentos

Histórico de consumo

QUESTIONÁRIO ANUAL	QUANTIDADE DE PAPEL							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
CPP - Consumo de papel próprio (resmas)	44.078	46.162	45.398	43.165	41.654	21.680	25.125	18.626
CPC - Consumo de papel contratado (resmas)	0	0	0	0	0	0	0	2.161
GPP - Gasto com papel próprio (R\$)	452.681,06	503.782,57	658.271,00	608.616,29	648.970,51	335.264,92	363.704,10	281.914,12

Índice de racionalização de consumo

Reduzir em 20% o consumo em 2021 comparado com o ano de 2019. Reduzir 40% no decorrer de 2022 a 2026, sendo 8% ao ano.					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
20%	8%	8%	8%	8%	8%
FÓRMULA	(Consumo total dos meses decorridos / Total de meses decorridos no respectivo ano)				
VARIAÇÃO	$(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{consumo em 2019})) * 100$				
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede o consumo médio mensal de papel não reciclado, o qual deve ser de no máximo 120 resmas.				

2. Copos Descartáveis

ODS 11, 12, 13 e 14

Objetivo: Racionalizar o consumo de copos descartáveis no TJPA.

Copos Descartáveis

PERIODICIDADE: Mensal

UNIDADE GESTORA: Departamento de Patrimônio e Serviços / Divisão de Suprimentos

Histórico de consumo

QUESTIONÁRIO ANUAL	QUANTIDADE DE COPOS DESCARTÁVEIS							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
CC - Consumo de copos descartáveis (cento)	16.835	14.423	12.012	9.974	6.691	3.545	4.113	1.509
GC - Gasto com copos descartáveis (R\$)	37.973,69	30.361,25	29.858,66	21.296,01	14.143,97	8.236,31	11.633,36	4.515,24

Índice de racionalização de consumo

Reduzir em 30% o consumo de copos descartáveis em 2021 comparado com o ano de 2019. Reduzir 40% no decorrer de 2022 a 2026, sendo 8% ao ano.					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
30%	8%	8%	8%	8%	8%
FÓRMULA	$(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{consumo em 2019})) * 100$				
CONSUMO TOTAL	Σ Consumo de copo descartável de água e café				
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede o percentual de racionalização de consumo com copos descartáveis de água e café.				

3. Água envasada em embalagens plásticas

ODS 6, 11, 12, 13 e 14

Objetivo: Racionalizar o consumo e os gastos com água envasada.

Água envasada em embalagens plásticas

PERIODICIDADE: Mensal
UNIDADE GESTORA: Departamento de Patrimônio e Serviços / Divisão de Suprimentos

Histórico de consumo

QUANTIDADE DE ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGENS PLÁSTICAS								
QUESTIONÁRIO ANUAL	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
CER - Consumo de embalagens retornáveis para água mineral	48.000	0	0	0	0	0	0	0
CED - Consumo de embalagens descartáveis para água mineral	24.883	22.528	22.746	23.603	29.894	22.312	18.575	25.520
GAED - Gasto com água mineral em embalagens descartáveis (R\$)	51.448,20	0	0	0	0	0	0	0
GAER - Gasto com água mineral em embalagens retornáveis (R\$)	86.000,00	74.205,21	90.217,50	94.884,06	134.224	60.402,24	118.246,95	202.664,86

Índice de racionalização de consumo

Reduzir em 1% o consumo de água envasada em embalagens plásticas até 2026, em relação ao ano de 2019.					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
1%	1%	1%	1%	1%	1%
FÓRMULA	$(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{consumo em 2019})) * 100$				
CONSUMO TOTAL	Σ Consumo de água envasada em embalagem descartável				
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede o percentual de racionalização de consumo com água em embalagens descartáveis				

4. Impressão

ODS 12 e 13

Objetivo: Promover a eficiência na gestão das impressões, tendo em vista o impacto da implantação dos processos administrativos e judiciais eletrônicos.

Impressão

PERIODICIDADE: Mensal / Anual
UNIDADE GESTORA: Secretaria de Informática

Histórico de consumo

QUESTIONÁRIO ANUAL	QUANTIDADE DE PAPEL							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
QI - Quantidade de impressões	45.960.000	63.960.000	49.440.000	69.096.000	67.152.000	64.008.000	63.984.000	12.282.252
QEI - Quantidade de equipamentos de impressão	1.915	2.665	2.060	2.879	2.798	2.667	2.666	2.152
GCI - Gasto com contratos de terceirização de impressão	0	0	0	0	0	0	0	443.107,23

Índice de racionalização de consumo

Reduzir em 10% a quantidade de impressão per capita até 2026.					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
1%	1%	2%	2%	2%	2%
FÓRMULA	(Consumo total impressões de ano corrente / consumo em 2019)) *100				
CONSUMO TOTAL	Σ Consumo de todas as impressões				
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede o percentual de impressões realizadas no TJPA.				

5. Energia Elétrica

ODS 7, 12 e 13

Objetivo: Reduzir o consumo de energia elétrica

Energia Elétrica

PERIODICIDADE: Mensal
UNIDADE GESTORA: Secretaria de
Engenharia e Arquitetura

Histórico de consumo

QUESTIONÁRIO ANUAL	QUANTIDADE DE COPOS DESCARTÁVEIS							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
GEE – Gasto com energia elétrica (R\$)	7.032.304,70	6.617.318,77	7.626.340,81	8.237.918,58	9.237.340,16	7.445.597,16	9.206.987,17	9.996.354,32
CEE – Consumo de energia elétrica (kwh)	12.804.707	12.339.290,24	13.067.790,00	12.510.090,95	13.080.356,35	10.601.967,55	11.685.743,08	12.383.431,00

Índice de racionalização de consumo

Reduzir o consumo de energia elétrica por m ² , comparado ao ano de 2019, em 2% até 2026.					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
-	-	0,50%	1,00%	1,50%	2,00%
FÓRMULA	$(1 - (\text{Consumo por m}^2 / \text{Consumo por m}^2 \text{ no ano de 2019})) * 100$				
CONSUMO POR M ²	Σ do consumo em kWh dos edifícios do TJPA/ área total				
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede o percentual de racionalização de consumo de energia elétrica por m ²				

6. Água e esgoto

ODS 6, 11, 12, 14 e 15

Objetivo: Reduzir o consumo anual de água e esgoto

Água e esgoto

PERIODICIDADE: Mensal
UNIDADE GESTORA: Secretaria de
Engenharia e Arquitetura

Histórico de consumo

QUESTIONÁRIO ANUAL	QUANTIDADE DE COPOS DESCARTÁVEIS							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
CA - Consumo de água (m3)	50.789	53.575	60.828	60.094	65.649	51.548	48.827	54.708
GA - Gasto com água (R\$)	331.875,80	395.741,07	509.861,70	665.853,64	784.447,61	736.909,51	698.108,31	775.082,89

Índice de racionalização de consumo

Reduzir o consumo de energia elétrica por m ² , comparado ao ano de 2019, em 2% até 2026.					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
-	-	0,50%	1,00%	1,50%	2,00%
FÓRMULA	$(1 - (\text{Consumo por m}^2 / \text{Consumo por m}^2 \text{ no ano de 2019})) * 100$				
CONSUMO POR M ²	Σ do consumo em m ² dos edifícios do TJPA / área total				
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede o percentual de racionalização de consumo de consumo de água por m ²				

7. Resíduos

ODS 11, 12, 13, 14 e 15

Objetivo: Aperfeiçoar a gestão de resíduos no TJPA

Resíduos

PERIODICIDADE: Mensal / Anual
UNIDADE GESTORA: Núcleo Socioambiental

Histórico de consumo

QUESTIONÁRIO ANUAL	QUANTIDADE							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DPa – Destinação de resíduos de papel(kg)	15.771	19.788	25.211	21.926	16.613	9.563	17.705	12.946,88
DPI – Destinação de resíduos de plásticos (kg)	1.827,4	3.349	4.572	3.610	5.048	4.565	9.325	2.972,14
DMt – Destinação de resíduos de metal (kg)	1.231,95	442	1.015	1.248	690	1.027	4.018	1.510,31
DVd- Destinação de resíduos de vidros (kg)	439,80	740	273	0	0	0	13	0
CGe – Coleta Geral (kg)	25.843,94	29.442	32.372	26.178	22.370,00	14.060	31.060,80	8.511,35
DEI – Destinação de resíduos eletrônicos (kg)	22,30	43	133	150	317	52	1.115	1.105,14
DImp – Destinação de resíduos de suprimentos de impressão (kg)	3.649	3.861	4.409	3.878	4.380	2.657	3.906	3.726,30
DPB – Destinação de resíduos de pilhas e baterias (kg)	46,97	90	211	174	676	132	206	54,95
DLp – Destinação de resíduos de lâmpadas (nº de lâmpadas)	436	0	0	0	0	0	0	0
DRS – Destinação de resíduos de saúde (litros - Res CNJ 400/2021)	1.304,32kg (Res. CNJ 201/2015)	469,17 kg (Res. CNJ 201/2015)	422 kg (Res. CNJ 201/2015)	417 kg (Res. CNJ 201/2015)	461 kg (Res. CNJ 201/2015)	181 kg (Res. CNJ 201/2015)	221 kg (Res. CNJ 201/2015)	155,95 litros
DOB – Destinação de resíduos de obras e reformas (kg)	50	-	-	-	-	-	1.185	8.429.220

Resíduos

PERIODICIDADE: Mensal / Anual
UNIDADE GESTORA: Núcleo Socioambiental

Índice de destinação de resíduos sólidos

Reduzir a geração de resíduos internos.					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
2%	2%	2%	2%	2%	2%
FÓRMULA	Total de resíduos destinados adequadamente (kg) / Total de resíduos coletado (kg) * 100				
TOTAL DE RESÍDUOS	Σ (kg) de resíduos de papel + plástico + metais + vidros + coleta geral.				
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede a quantidade de resíduos sólidos gerados que foram destinados adequadamente, observada a legislação vigente.				

Índice de destinação de suprimentos de impressão

Destinar adequadamente 100% dos suprimentos de impressão					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
2%	2%	2%	2%	2%	2%
FÓRMULA	(Total de suprimentos de impressão destinados adequadamente (un) / Total de suprimentos de impressão gerados (un)) * 100				
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede a quantidade (um) de suprimentos de impressão que foram gerados no período e que tiveram a destinação ambientalmente correta.				

8. Reformas e construções

ODS 11 e 12

Objetivo: Monitorar gastos relacionados a obras para que seja verificada a sua real necessidade e a priorização do atendimento à Resolução CNJ nº114/2010 e suas alterações.

Reformas e construções

PERIODICIDADE: Anual
UNIDADE GESTORA: Secretaria de Engenharia e Arquitetura

Histórico de consumo

QUESTIONÁRIO ANUAL	QUANTIDADE EM REFORMAS E CONSTRUÇÕES							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
GRef – Gastos com reformas no período-base (R\$)	4.432.246	2.152.807,27	2.611.290,04	2.984.713,22	2.263.209,81	3.700.801,40	2.450.675,27	15.859.453,00
GConst – Gastos com construção de novos edifícios no período base (R\$)	Não há série histórica. Variável incluída pela Res. CNJ 400/2021.							11.696.672,00

Índice de racionalização de consumo

Reduzir o gasto orçamentário com reformas em 0,5% a cada ano a partir de 2023.					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
-	-	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%
FÓRMULA	$(1 - (\text{Gasto total do ano corrente} / \text{Gasto total do ano anterior})) * 100$				
CONSUMO TOTAL	Σ Gasto (R\$) com reformas				
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede o percentual de racionalização de gastos com reformas				

9. Limpeza

ODS 6, 11, 12, 14 e 15

Objetivo: Racionalizar os gastos com serviços e material de limpeza.

Limpeza

PERIODICIDADE: Anual

UNIDADE GESTORA: Departamento de Patrimônio e Serviços/ Divisão de Serviços Gerais

Histórico de consumo

QUESTIONÁRIO ANUAL	QUANTIDADE							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
M2 Cont – Área contratada (R\$)	273.453	91.383,05	95.366,42	89.450,90	96.528,04	129.697,28	131.063	135.130
GLB- Gasto com contratos de limpeza no período-base (R\$)	6.239.978	6.893.425	9.400.809	8.553.852	8.969.539	8.692.467	8.895.568	10.353.760,62
GML – Gasto com material de limpeza	0	0	0	0	0	0	0	0

Índice de racionalização de consumo

Índice de racionalização de gastos com serviço de limpeza por m ² a partir de 2022					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
1%	1%	1%	1%	1%	1%
FÓRMULA	Gasto por m ² = Σ despesas em reais (R\$) com serviços de limpeza / área total				
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede o percentual de gastos com serviços de limpeza por m ²				

10. Vigilância

ODS 12

Objetivo: Monitorar os gastos relacionados aos serviços de vigilância, segundo critérios de real necessidade, por área, tipos de postos (modelos horários, armada e desarmada).

Histórico de consumo

QUESTIONÁRIO ANUAL	QUANTIDADE							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
GV – Gastos com contratos de vigilância armada e desarmada (R\$)	9.469.745	11.648.791,37	12.442.671,96	12.609.942,26	96.528,04	4.786.451,13	2.982.190,58	4.913.668,00
QPV – Quantidade total de pessoas contratadas para o serviço de vigilância armada e desarmada (nº de trabalhadores)	52	52	53	53	28	29	54	130
GVe – Gasto com contrato de vigilância eletrônica (R\$)	Não há série histórica. Variável incluída pela Res. CNJ 400/2021.						0	0

Índice de racionalização de consumo

Reduzir gasto médio com o contrato de vigilância armada e desarmada em 30% até 2026 em relação a 2020.					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
5%	5%	5%	5%	5%	5%
FÓRMULA	$((\text{Gasto Total} / \text{Gasto Total no ano anterior}) - 1) * 100$				
GASTO TOTAL	Σ despesas em reais (R\$) com serviços de vigilância				
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede o percentual de racionalização de recursos financeiros gastos com serviços de vigilância				

11. Telefonia

ODS 9 e 12

Objetivo: Monitorar os consumos e gastos com serviços de telefonia tendo em vista outros mecanismos de comunicação com as mesmas funcionalidades e menores custos.

Telefonia

PERIODICIDADE: Mensal

UNIDADE GESTORA: Secretaria de Informática /
Serviço de Telecomunicações

Histórico de consumo

QUESTIONÁRIO ANUAL	QUANTIDADE							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
GTF – Gasto com telefonia fixa (R\$)	1.064.810	976.349,99	909.554,23	869.452,81	856.749,19	660.857,67	683.932,37	665.302,34
LTF – Linhas telefônicas fixas (nº de linhas fixas)	3.056	3.056	3.024	3.033	3.037	3.056	3.056	3.056
GTM – Gasto com telefonia móvel (R\$)	237.727,13	243.368,18	249.065,17	214.898,68	109.603,71	83.310,18	242.764,51	523.932,63
LTM – Linhas telefônicas móveis (nº de linhas móveis)	310	310	310	255	255	255	600	635

Telefonia

PERIODICIDADE: Mensal

UNIDADE GESTORA: Secretaria de Informática /
Serviço de Telecomunicações

Índice de racionalização de gastos com telefonia fixa por ramal

Reduzir os gastos com telefonia fixa.					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
0,5%	0,5%	1%	1%	1%	1%
FÓRMULA	$(1 - (\text{Gasto por ramal} / \text{Gasto por ramal do ano anterior})) * 100$				
GASTO POR RAMAL	Gasto por ramal = Σ despesas em reais (R\$) com telefonia fixa / total de ramais				
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede o percentual de racionalização de despesa com telefonia fixa por ramal				

Índice de racionalização de gastos com telefonia móvel

Reduzir os gastos com telefonia móvel.					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
0,5%	0,5%	1%	1%	1%	1%
FÓRMULA	$(1 - (\text{Gasto total do ano corrente} / \text{Gasto total do ano anterior})) * 100$				
GASTO TOTAL	Σ despesas em reais (R\$) com telefonia móvel				
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede o percentual de racionalização de despesa com telefonia móvel				

12. Veículos

ODS 8, 11, 12 e 13

Objetivo: Promover a gestão da mobilidade do TJPA e dos gastos com a frota oficial para a maior eficiência na gestão e nas aquisições dos veículos.

Veículos

PERIODICIDADE: Anual

UNIDADE GESTORA: Departamento de Patrimônio e Serviços / Divisão de Transportes

Histórico de consumo

QUESTIONÁRIO ANUAL	QUANTIDADE							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
KM – Quilometragem (km)	2.167.860	2.160.173	2.248.362	2.297.762	1.990.291	966.877	1.147.414	1.590.868
VGEF – Quantidade de veículos a gasolina, etanol e flex (nº de veículos)	316	244	361	318	309	304	292	246
VD – Quantidade de veículos a diesel (nº de veículos)	114	103	131	116	104	109	97	116
Valt – Quantidade de veículos movidos por fontes alternativas (nº de veículos)	0	0	0	0	0	0	0	0
QVS - Quantidade de veículos de serviço	387	408	452	404	381	376	352	331
QVM – Quantidade de veículos destinados à locomoção de magistrados(as) (nº de veículos)	60	39	39	30	32	37	37	31
GMV – Gasto com manutenção de veículos (R\$/veículo)	497.682	1.280.374,27	919.480,06	1.010.386,59	1.497.843,91	1.411.415,35	1.319.842	37.798
GCM – Gastos com contratos de motoristas	3.349.069	3.286.744	4.328.151	4.675.144	4.992.567	4.657.103	5.942.033	3.984.849
GCV – Gastos com contratos de agenciamento de transporte terrestre	Não há série histórica. Variável incluída pela Res. CNJ 400/2021.							44.566

Veículos

PERIODICIDADE: Anual

UNIDADE GESTORA: Departamento de Patrimônio e Serviços / Divisão de Transportes

Índice de racionalização de gastos com manutenção de veículo

Reduzir em 18% os gastos com manutenção de veículos até 2026.					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
3%	3%	3%	3%	3%	3%
FÓRMULA	Gasto total em reais (R\$) com manutenção de veículos * 100 / Gasto total do ano corrente (despesas empenhadas)				
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede os gastos com manutenção de veículos				

13. Combustível

ODS 11, 12 e 13

Objetivo: Reduzir a despesa anual com combustível (álcool, diesel e gasolina).

Combustível

PERIODICIDADE: Anual

UNIDADE GESTORA: Departamento de Patrimônio e Serviços/ Divisão de Transportes

Histórico de consumo

QUESTIONÁRIO ANUAL	QUANTIDADE							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
CG – Consumo de gasolina (litro)	161.848	173.731	183.544,22	180.386,35	170.800,14	85.971	83.753,54	97.839,69
CE – Consumo de etanol (litro)	0	0	0	0	0	0	0	0
CD – Consumo de diesel (litro)	146.769	131.260	134.121	145.345	163.530	79.106	93.563,560	124.421
GC – Gasto com combustível (R\$)	0	304.991,02	317.664,94	325.731,08	334.329,67	165.076,86	986.086,13	1.415.857,51

Índice de racionalização do consumo de combustível

Reduzir em 18% o consumo de combustíveis até 2026.					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
3%	3%	3%	3%	3%	3%
FÓRMULA	Σ Quantidade de km rodados / Quantidade de litros de combustível consumidos				
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede a eficiência energética dos veículos da frota				

14. Apoio ao serviço administrativo

ODS 12

Objetivo: Monitorar despesas com contratos de serviços gráficos.

Apoio ao serviço administrativo

PERIODICIDADE: Mensal
UNIDADE GESTORA: Departamento de Comunicação Social

Histórico de consumo

QUESTIONÁRIO ANUAL	QUANTIDADE							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
GCGraf – Gastos com serviços gráficos no período-base (R\$)	Tema incluído pelo art. 7º da Resolução CNJ nº400/2021. Não há série histórica para o período 2015/2021.							154.591,53

Índice de apoio ao serviço gráfico

Reduzir em 5% ao ano, a partir de 2022, os custos com serviços gráficos até 2026.					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
-	1%	1%	1%	1%	1%
FÓRMULA	Total de gastos com serviços gráficos realizados no ano *100				
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede o percentual de serviços gráficos realizados no período-base				

15. Aquisições e contratações

ODS 12

Objetivo: Monitorar o quantitativo de aquisições e contratos celebrados com critérios de sustentabilidade.

Aquisições e contratações

PERIODICIDADE: Anual
UNIDADE GESTORA: Departamento de Patrimônio e Serviços

Histórico de consumo

QUESTIONÁRIO ANUAL	QUANTIDADE							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
ACR – Aquisições e contratações realizadas no período-base (nº de contratos celebrados)	Tema incluído pelo art. 7º da Resolução CNJ nº400/2021. Não há série histórica para o período 2015/2021.							77
AACS – Aquisições e contratações sustentáveis realizadas no período-base (nº contratos celebrados com critério de sustentabilidade)								49

Índice de compras sustentáveis

Aumentar em 30% o número de contratos e aquisições celebrados com critérios de sustentabilidade até 2026.					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
5%	5%	5%	5%	5%	5%
FÓRMULA	Compras sustentáveis do ano anterior – (Compras sustentáveis do ano / Total de compras realizadas do ano) * 100				
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede o percentual de compras sustentáveis sobre o total de compras realizadas				

16. Qualidade de vida

ODS 1, 3, 4 e 8

Objetivo: Ampliar a adesão de participantes em ações de qualidade de vida no trabalho.

Qualidade de vida

PERIODICIDADE: Anual

UNIDADE GESTORA: Secretaria de Gestão de
Pessoas/ Coordenadoria de Saúde

Série histórica

QUESTIONÁRIO ANUAL	QUANTIDADE							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
PQV – Participações em ações de qualidade de vida (nº participantes)	3.374	3.845	3.559	5.072	19.123	5.228	1.330	3.498
AQV – Quantidade de ações de qualidade de vida (nº de ações realizadas)	303	605	560	300	731	256	139	97
PAS - Participações em ações solidárias (nº de participantes)	802	921	2.356	1.463	2.000	96	287	2.273
AS – Quantidade de ações solidárias (nº ações realizadas)	4	6	29	36	25	2	14	39

Qualidade de vida

PERIODICIDADE: Anual

UNIDADE GESTORA: Secretaria de Gestão de Pessoas/ Coordenadoria de Saúde

Índice de participação nas ações de QVT

Aumentar em 25% o número de ações de qualidade de vida até 2026.					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
-	5%	5%	5%	5%	5%
FÓRMULA	Resultado = Quantidade de ações realizadas em número absoluto.				
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede o número de participantes em iniciativas que promovem a qualidade de vida no trabalho				

Quantidade de ações realizadas de qualidade de vida no trabalho

Realizar 15 iniciativas por ano que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho.					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
-	15	15	15	15	15
FÓRMULA	Resultado = número de iniciativas realizadas por ano em número absoluto.				
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede a quantidade de iniciativas que promovem a qualidade de vida no trabalho entre o corpo funcional e força auxiliar do TJPA, incluindo ações solidárias e de inclusão.				

17. Capacitação em sustentabilidade

ODS 4, 12, 13 e 16

Objetivo: Monitorar a participação do corpo funcional em ações de capacitação e sensibilização relacionadas ao tema de sustentabilidade de forma a subsidiar a tomada de decisões quanto ao estímulo dessas temáticas.

Capacitação em sustentabilidade

PERIODICIDADE: Anual
UNIDADE GESTORA: Escola Judicial

Série histórica

QUANTIDADE								
QUESTIONÁRIO ANUAL	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Acap - Ações de capacitação em sustentabilidade (nº de ações realizadas)	20	16 (Contabilizadas em uma única variável pela Res. CNJ 201/2015.)	19 (Contabilizadas em uma única variável pela Res. CNJ 201/2015.)	19 (Contabilizadas em uma única variável pela Res. CNJ 201/2015.)	5 (Contabilizadas em uma única variável pela Res. CNJ 201/2015.)	0 (Contabilizadas em uma única variável pela Res. CNJ 201/2015.)	51 (Contabilizadas em uma única variável pela Res. CNJ 201/2015.)	42
Asen - Ações de sensibilização em sustentabilidade (nº de ações realizadas)		70						
PCap - Participação em ações de capacitação em sustentabilidade (nº de participantes)	359	323	737	759	127	0	0	1.756

Capacitação em sustentabilidade

Índice de participação em ações de capacitação em sustentabilidade

Aumentar em 7% o percentual de participantes em ações de capacitação em sustentabilidade até 2026.					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
1%	1%	1%	1%	1%	2%
FÓRMULA	(Quantidade de magistrados(as), servidores(as) e força auxiliar que participaram de ações de capacitação no ano / total de magistrados(as), servidores(as) e força auxiliar da instituição) * 100				
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede o percentual de participação nas ações de capacitação socioambiental				

Índice de cumprimento das ações de capacitação e sensibilização em sustentabilidade

Realizar 12 ações de capacitação e sensibilização por ano.					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
12	12	12	12	12	12
FÓRMULA	Resultado = quantidade de ações realizadas no ano, em número absoluto				
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede a quantidade de ações de capacitação e sensibilização em sustentabilidade realizadas				

18. Equidade e diversidade

ODS 5 e 10

Objetivo: Minimizar desigualdades e atribuir noção de pertencimento à sociedade

Equidade e diversidade

PERIODICIDADE: Anual
UNIDADE GESTORA: Comitê de Equidade e
Diversidade - Res. TJPA nº10/2023. I

Histórico de consumo

QUESTIONÁRIO ANUAL	QUANTIDADE						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Tema incluído pelo art. 7º da Resolução CNJ nº400/2021, contudo sem indicadores no glossário. Não há série histórica.							

Índice de ações de sensibilização nos temas equidade e diversidade

Realizar quantidade mínima de ações de sensibilização					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
-	-	2	4	6	8
FÓRMULA	Resultado= quantidade de ações realizadas em número absoluto				
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede a quantidade de ações de sensibilização nos temas equidade e diversidade				

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*"Sejamos nós a transformação que
queremos para o mundo".
Mahatma Gandhi*

Das Conferências de Estocolmo e do Rio, que discutiram a inter-relação entre desenvolvimento e meio ambiente, até a agenda 2030 de Direitos Humanos das Nações Unidas, que foi recepcionada pelo Poder Judiciário Brasileiro, por meio do Conselho Nacional de Justiça, a certeza de que o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental se faz urgente a cada dia, uma vez que se tornam palpáveis, visíveis aos seres humanos, as mudanças climáticas que o planeta vem sofrendo. E tudo é uma cadeia, impulsionando para essas transformações, em queda vertiginosa, nossa qualidade de vida e a das futuras gerações.

Portanto, se hoje o Poder Judiciário possui uma ferramenta como o PLS para aplicar a dinâmica do desenvolvimento sustentável ao planejamento estratégico, é justamente para repercutir em cada um de nós a consciência e a responsabilidade pelo uso racional dos recursos e o gerenciamento dos impactos ambientais na produtividade da instituição, pois o Poder Judiciário é um formador de opiniões, valores e paradigmas.

Desse modo, o PLS 2021-2026 foi elaborado sob as premissas da atual gestão na construção de uma sociedade ética, consciente e sustentável e com os olhos no futuro para, a cada revisão, as ações propostas tornem-se mais inovadoras em prol do meio ambiente.